



Plenário avalia diminuição da máquina pública

Pauta da semana inclui medida que reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República. Lei Geral das Estatais também pode ser votada

O enxugamento da máquina pública federal é tema de duas propostas que serão analisadas pelo Senado nesta semana: uma medida provisória que reduz o número de ministérios e uma proposta de emenda à Constituição que restringe o número de cargos em comissão para priorizar aprovados em concurso.

Para chegar a essas votações, os senado-

res terão que liberar a pauta, analisando primeiro uma medida provisória que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirir participação em instituições financeiras.

Também poderão ser votadas as criações da Lei Geral das Estatais e da Instituição Fiscal Independente, com o objetivo de aprimorar o controle da política fiscal. **3**

Estatuto da Pessoa com Deficiência é debatido hoje **4**

Renan quer discutir votações com a Câmara **3**

Comissão analisa criação de frente pela Previdência **4**



Assembleia Legislativa de Alagoas

Em Alagoas, Paim diz que quer sensibilizar senadores contra proposta

Expositores em Alagoas e Sergipe criticam proposta de terceirização

Parlamentares e representantes de sindicatos, de associações jurídicas e de estudantes participaram na semana passada de audiências públicas em Alagoas e Sergipe sobre o projeto que permite a terceirização da mão de obra para trabalhos em atividades-fim. Nos debates, promovidos pela Comissão de Direitos Humanos, os participantes criticaram

a proposta, em análise na comissão. Consideraram que o projeto incentiva a exploração de mão de obra a baixo custo e reduz a garantia de direitos dos trabalhadores. As audiências fizeram parte do ciclo de debates que o Senado vem realizando em todos os estados, requeridos e presididos por Paulo Paim, presidente da comissão. **4**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Na tribuna, Hélio José disse que modelo da instituição deve inspirar brasileiros

Senado comemora 111 anos de atuação do Rotary Internacional

Em sessão especial na sexta-feira, os senadores elogiaram o trabalho filantrópico do Rotary, um dos

maiores do mundo. O diretor da instituição no Brasil disse querer ajudar a combater o *Aedes aegypti*. **4**



Ideias de cidadãos podem virar projetos de lei

O Senado analisa sete sugestões de cidadãos que podem se tornar projetos de lei ou propostas de emenda à Constituição. São ideias legislativas apresentadas e apoiadas por internautas no Portal e-Cidadania. **2**



Reprodução filme 'Legal'

Uma das sugestões regula o uso de derivados da maconha, como o canabidiol

Secom | Publicidade e Marketing



Diploma Bertha Lutz
15ª Premiação
2016

Sessão Solene do Congresso Nacional
Dia Internacional da Mulher

Data: 8/3/2016
Hora: 11h

Local: Plenário do Senado Federal

AGRACIADOS

Ellen Gracie Northfleet
Lucia Regina Antony
Luiza Helena de Bairros
Lya Fett Luft
Marco Aurélio Mello

Sete propostas sugeridas por cidadãos estão em análise

Ideias de internautas que receberam apoio de 20 mil pessoas em menos de quatro meses no site do Senado estão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e podem virar projetos de lei



SETE SUGESTÕES DE novas leis ou emendas à Constituição propostas por cidadãos estão em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). São ideias legislativas apresentadas e apoiadas por internautas por meio do Portal e-Cidadania.

De maio de 2012 a fevereiro de 2016, a página recebeu mais de 4 mil propostas feitas por 3 mil pessoas. O programa é gerenciado pela Secretaria de Comissões, órgão da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

Ao todo, nove ideias já alcançaram o apoio de 20 mil pessoas em até quatro meses. Essa é a exigência para uma sugestão ser encaminhada à CDH. Duas delas, entre-

tanto, não foram aceitas por contrariarem requisitos de constitucionalidade.

Entre as ideias em análise, estão a que regulamenta o aborto até as 12 primeiras semanas de gravidez (Sugestão 15/2014) e a que sugere a regulamentação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha (Sugestão 8/2014).

Consulta

Outro instrumento de participação popular é o espaço "Consulta Pública". Ali, o cidadão pode expressar sua opinião, contrária ou favorável, sobre cada proposição em tramitação no Senado.

De 2013 a 25 de fevereiro de 2016, a página registrou 663,8 mil opiniões, enviadas por 592,9 mil internautas, sobre 3,3 mil proposições que tramitam

na Casa. Na página, o cidadão também pode saber o total de manifestações a cada projeto.

A proposição que recebeu maior número de opiniões no espaço foi a proposta de Jorge Viana (PT-AC) que reduz o número total de deputados federais e de senadores (PEC 106/2015). De acordo com o chefe do Serviço de Apoio ao e-Cidadania, Alisson Dias de Queiroz, a PEC recebeu mais de 150 mil manifestações de cidadãos, 99% delas com opinião favorável.

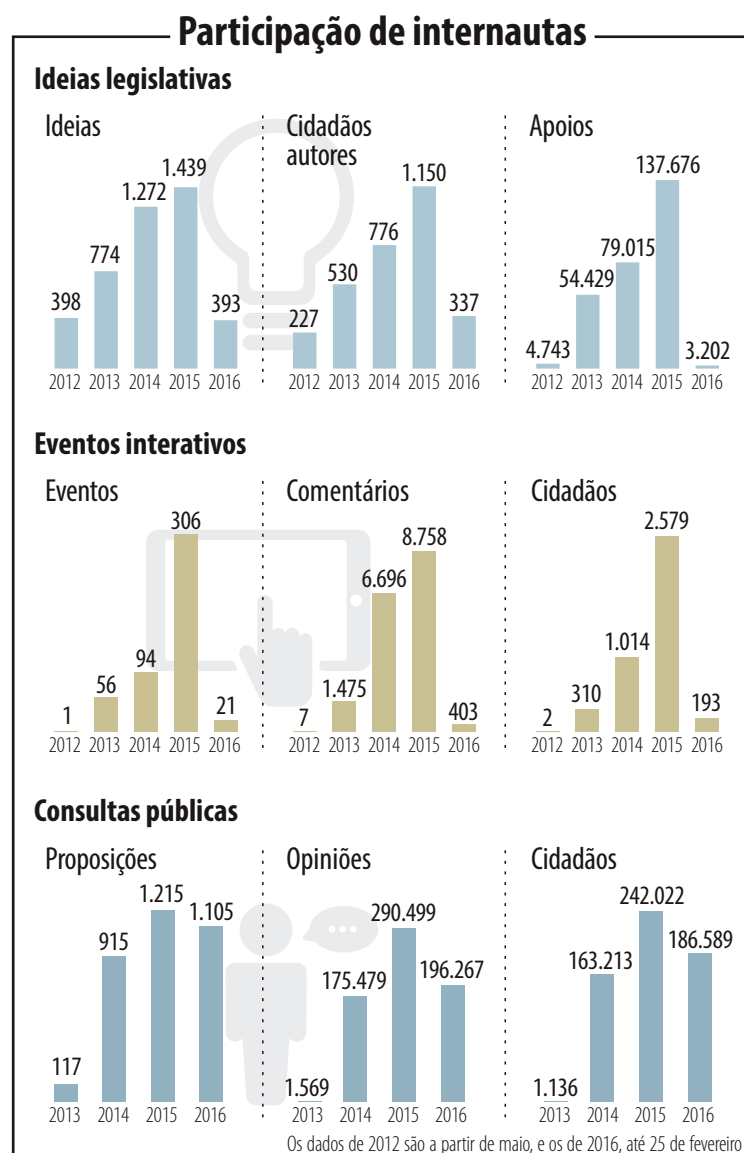
— Só de 15 a 25 de fevereiro tivemos mais de 1 milhão de acessos, número muito maior do que o habitual. Na semana anterior, por exemplo, registramos 50 mil acessos — destacou.

O recorde anterior era da MP 657/2014, que sugeriu a reorganização das carreiras da Polícia Federal, com 112 mil opiniões, sendo mais de 100 mil delas contrárias. A terceira proposta mais comentada foi a PEC 51/2013, com princípios e diretrizes para a segurança pública. Ela recebeu 30 mil opiniões — 13 mil a favor e 17 mil contrárias. Queiroz destaca que o site encontra-se em processo de aperfeiçoamento, para ficar mais acessível e transparente.

Visualizações

Em 2015, o site registrou mais de 9 milhões de visualizações e recebeu aproximadamente 2,8 milhões de usuários. Neste ano, até 25 de fevereiro, foram contabilizados 3,8 milhões de acessos e cerca de 1,2 milhão de usuários na página. O site pode ser acessado no endereço www.senado.leg.br/ecidadania.

Nele o cidadão pode ainda opinar pelo espaço "Evento Interativo", que permite o envio de comentários e perguntas a senadores e convidados nas audiências públicas, sabatinas, seminários, debates e outras reuniões.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Pessoa com deficiência

9h A comissão promove audiência interativa para debater a aplicabilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Às 15h, reunião de trabalho.

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

TERÇA

CCT Eleição

9h A comissão elege o presidente para 2016. Logo depois, a pauta tem 44 itens. Entre eles, o PLS 415/2015, que otimiza o uso de tecnologias no âmbito do SUS.

CMA Consumo de água, luz e gás

9h30 A comissão analisa o PLC 113/2014, que faculta ao consumidor controlar o consumo de água, luz e gás, e mais 15 itens.

CAE Percentual de cacau

10h A comissão pode votar o PLS 93/2015, que estabelece o percentual mínimo de cacau em chocolates, e mais 32 itens.

CE Internet nas escolas

11h30 O PLS 280/2015, que assegura o acesso à internet no ensino fundamental e médio, está entre os 12 itens da pauta.

MINERACÃO Competitividade

13h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração promove audiência pública interativa para discutir o atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) para a competitividade da indústria mineral brasileira.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Resumo

14h A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher apresenta resumo das atividades do colegiado em 2015 e faz o lançamento da revista da comissão. Logo depois, análise de requerimento.

QUARTA

PARLASUL Fitossanitários

14h30 Reunião deliberativa da Representação Brasileira, com 6 itens. Entre eles, o projeto que substitui a expressão "agrotóxicos" por "produtos fitossanitários", segundo normas vigentes no Mercosul.

SUBCOMISSÃO DE OBRAS Reinício

14h30 Reinício dos trabalhos de acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

CMO Prestação de contas

15h Audiência com o ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, sobre as contas do governo de 2014 e as pedaladas fiscais.

BARRAGENS Mariana

15h Audiência pública sobre o rompimento da Barragem de Fundão.

QUINTA

CI Logística de transportes

8h30 Análise do relatório sobre o Plano Nacional de Logística de Transportes e reunião deliberativa com 5 itens.

CAS Instrutor de trânsito

9h Deliberação de 12 itens. Entre eles, projeto que reduz as exigências para a qualificação do instrutor de trânsito.

CCJ Segredo de Justiça

10h Pauta com 40 itens, começando pelo projeto que veda o segredo de Justiça em investigações contra agentes públicos.

CMO Créditos

11h Análise de medida provisória que abre crédito em favor de ministérios, entre outros itens.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Plano

14h30 Apresentação do plano de trabalho da comissão.

CRE Sabatinas

10h Sabatinas dos indicados para embaixadores na República Dominicana e na Estônia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Redução de ministérios está na pauta da semana

Medida provisória que enxuga estrutura do governo é uma das duas MPs que trancam votações. Depois Plenário poderá votar propostas como a da Lei Geral das Estatais

A PAUTA DO Plenário do Senado nesta semana começa trancada por duas medidas provisórias. Uma delas é a MP 695/2015, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirir participação em instituições financeiras. A outra é a MP 696/2015, que reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República e redistribuiu competências entre os órgãos.

A MP 696 tem o objetivo de diminuir a máquina pública federal para cortar gastos. Entre as iniciativas, estão as fusões entre os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e entre as pastas da Agricultura e da Pesca e Aquicultura. Pela MP, o Ministério do Planejamento assume as funções da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que deixou de existir.

As Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres passaram a compor um único órgão. A Secretaria-Geral da Presidência foi renomeada para Secretaria de Governo e incorporou as Secretarias de Relações Institucionais e da Micro e Pequena Empresa. O Gabinete de Segurança Institucional retomou o nome de Casa Militar da Presidência.

O enxugamento também é o tema da Proposta de Emenda à



Plenário durante sessão deliberativa: proposta que restringe cargos em comissão e criação da Instituição Fiscal Independente também estão na ordem do dia

Constituição (PEC) 110/2015, que restringe o número de cargos em comissão. A PEC está na pauta do Plenário.

De acordo com Aécio Neves (PSDB-MG), autor da proposta, o objetivo é tornar a máquina pública mais eficiente e qualificada tecnicamente, estabelecendo o critério da meritocracia e concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados, 50% dos quais terão que ser ocupados por servidores do quadro efetivo da instituição.

Bancos

A MP 695/2015, que também tranca a pauta, autoriza o Banco do Brasil e a Caixa, com suas subsidiárias, a adquirir participação em instituições financeiras, mas estabelece que as instituições deverão exigir nas operações de compra uma cláusula prevendo a nulidade ou a possibilidade de anulação futura do negócio, se for verificada a ocorrência de irregularidade preexistente.

A medida também autoriza a loteria instantânea Lotex

(raspadinha) a explorar comercialmente eventos de apelo popular, datas comemorativas, referências culturais e licenciamentos de marcas e de personagens, e não apenas eventos ligados ao futebol.

Lei das Estatais

Depois de liberarem a pauta de votações, os senadores poderão avaliar outros projetos listados na ordem do dia.

Um deles é o que cria a Lei Geral das Estatais. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015

objetiva aprimorar a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União, estados e municípios, alterando regras de licitações, contratos e formas de fiscalização.

Ainda consta da pauta do Plenário a criação, no âmbito do Senado, da Instituição Fiscal Independente (IFI), prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 61/2015. A ideia é aprimorar os mecanismos de avaliação e controle social da política fiscal do governo.

Renan quer empenho da Câmara para votar projetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou na quinta-feira que pretende ir até o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a fim de fazer um apelo para que os deputados votem as propostas consideradas mais relevantes e urgentes para o país nos próximos meses.

Renan vem fazendo sucessivas reuniões com líderes partidários com a intenção de construir uma pauta e um cronograma de votações até o fim do ano.

— Vou procurar o presidente da Câmara e fazer um apelo para que ele se dedique a essa agenda expressa de interesse do Brasil. Não sei se vamos conseguir, mas, se conseguirmos, poderemos ter uma comissão bicameral que encaminhe as matérias que estão andando na Câmara e no Senado — avaliou.

Segundo o presidente, muitos desses temas dividem opiniões, mas o Congresso precisa deliberar, seja para aprovar ou rejeitar, pois a sociedade cobra uma posição do Legislativo. Conforme o senador, a agenda

será anunciada nesta semana. — Vamos ter 20 semanas no primeiro semestre, o mês de novembro [depois das eleições municipais] de total dedicação e o início de dezembro. O país não pode esperar, a sociedade cobra soluções ágeis e o Congresso não pode esconder a cabeça debaixo do tapete.

Indagado sobre a saída de Ataídes Oliveira (PSDB-GO) da relatoria do processo contra Delcídio do Amaral (PT-MS), o presidente disse que o Conselho de Ética do Senado é independente.

— A lógica que o conselho

vai estabelecer é ver como o processo político leva em conta o que acontece em âmbito judicial. O conselho não tem como inverter: fazer logo um julgamento político sem saber o que acontece no judicial. É preciso conectar as coisas.

A reunião para definir o novo relator está marcada para quarta-feira. A defesa de Delcídio alegou que Ataídes integra o Bloco da Oposição, do qual também faz parte Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos apoiadores da representação apresentada ao Conselho de Ética.



Sobre o caso Delcídio, o presidente disse que Conselho de Ética é autônomo

Para Eunício, crise aumenta dívida pública do país

A crise econômica se agrava e exige medidas imediatas. O alerta é de Eunício Oliveira (PMDB-CE), que chamou a atenção para o impacto da retração econômica, do aumento do desemprego, da queda da arrecadação e da elevação do endividamento público.

Para o país superar esses problemas, o senador defendeu a superação dos impasses políticos que prejudicaram os entendimentos no ano passado, a qualificação dos trabalhadores e que os governantes sejam criteriosos na hora de escolher onde investir os escassos recursos públicos.

— Neste momento em que as pessoas estão perdendo empregos e perspectivas sociais, é crucial encontrar uma proposta coerente de superação da recessão.

Saneamento tem que ser direito social, diz Randolfe

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendeu proposta de emenda à Constituição de autoria dele que eleva o saneamento básico à condição de direito social básico.

Assim, ele acredita que a condição de vida dos brasileiros possa melhorar, já que a situação atual mostra que o saneamento básico está longe de ser um serviço à disposição dos brasileiros.

— Dados assustadores de 2015, coletados pelo Ministério do Meio Ambiente, em 5.570 municípios, mostram que apenas 2.215, ou seja, 40,8%, dispõem seus rejeitos de maneira adequada em aterros sanitários. Veja que a previsão do plano nacional de resíduos sólidos, quando foi concebido, era de que no ano de 2014 fosse universalizado — disse o senador.

Terceirização é tema de debate em Alagoas e Sergipe

Organizadas pela Comissão de Direitos Humanos, as audiências contaram com a participação de representantes de sindicatos e associações jurídicas, que se manifestaram contra o projeto

Representantes de entidades sindicais, movimentos sociais, associações jurídicas, senadores, deputados e estudantes de Alagoas e Sergipe participaram de audiências públicas sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que trata da terceirização da mão de obra.

Organizados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os debates aconteceram na quinta-feira, na Assembleia Legislativa de Sergipe, em Aracaju, e na sexta-feira, na Assembleia Legislativa de Alagoas, em Maceió.

Em Sergipe, a audiência contou, pela primeira vez, com a participação de toda a bancada de senadores do estado: Antonio Carlos Valadares (PSB), Ricardo Franco

(DEM) e o suplente do senador Eduardo Amorim (PSC) Kaká Andrade, de acordo com a assessoria de imprensa de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Exploração

A presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 20ª Região, Flávia Guimarães, ressaltou que a aprovação do projeto é um desmonte de toda a legislação trabalhista. Representantes de lideranças sindicais, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outras entidades da classe trabalhadora afirmaram que a terceirização aumenta a exploração do trabalho a baixo custo e reduz a garantia de direitos.

As audiências fizeram parte

do ciclo de debates que a CDH está realizando em todo o país. Segundo Paim, o objetivo é dar esclarecimentos sobre o PLC 30/2015 e alertar para os danos causados aos trabalhadores com a aprovação do projeto.

— Esse projeto é um retrocesso. Não podemos permitir que seja aprovado — afirmou.

Na avaliação do senador, a intensa mobilização popular nas discussões sobre o tema pelo país vai fazer efeito no Congresso Nacional e sensibilizar os parlamentares para a não aprovação do projeto.

No encerramento do debate em Maceió, foi lida a *Carta de Alagoas contra a Terceirização*. O documento reafirma que o projeto é prejudicial aos direitos e às garantias dos trabalhadores.



Plenário durante sessão especial, que foi presidida pelo senador Hélio José

Senado homenageia Rotary Internacional em sessão especial

O Senado realizou sessão especial na sexta-feira para homenagear o aniversário de 111 anos do Rotary International, uma das maiores organizações sociais e filantrópicas do mundo. A sessão também serviu para marcar o centenário da Fundação Rotária, braço financeiro da instituição, que será comemorado no ano que vem.

Autor do requerimento convocando a sessão especial, José Serra (PSDB-SP) explicou que o Rotary busca estimular líderes comunitários e profissionais a elefiados a prestar serviços à sociedade. O Rotary também incentiva o comportamento ético entre os associados e nas relações profissionais.

O diretor do Rotary International no Brasil, José Ubiracy Silva, afirmou que os associados trabalham para melhorar as condições de vida da população.

— A paz somente será possível quando as pessoas estiverem educadas, saudáveis e bem alimentadas. Sabemos a dimensão da mudança a que nos propomos e somos todos voluntários — disse.

Aedes aegypti

Segundo Silva, o principal projeto conduzido pelo Rotary, o Pólio Plus, de erradicação da paralisia infantil, existe há 31 anos e contribuiu para extinguir a forma endêmica da doença em todo o mundo. Ele disse que o Rotary brasileiro está disposto a colaborar de forma semelhante para combater a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, da zika e da chicungunha.

O Rotary International está presente em 219 países, na forma de clubes que se organizam em 540 distritos regionais. O Brasil tem 38 distritos. Vera Ribeiro, governadora do distrito que abrange Distrito Federal, Goiás e Tocantins, lembrou que a instituição é a única organização não governamental do mundo com cadeira na ONU, onde atua como observadora.

— Não é à toa que estamos

fazendo 111 anos. É porque temos grandes trabalhos prestados, planejamento, seriedade.

O representante da Fundação Rotária, Mário Camargo, destacou que a fundação recebe doações de associados de todo o mundo e investimentos atraídos pelo Rotary, e usa esse dinheiro para financiar projetos e campanhas de erradicação de doenças, treinamento de professores, fomento ao empreendedorismo, ajuda humanitária e outros.

Ele disse que a fundação não recebe muitos projetos brasileiros em busca de financiamento. Isso faz com que o dinheiro arrecadado aqui acabe revertido em benefício de outros países. Camargo pediu aos diretores dos clubes Rotary que trabalhem para multiplicar as iniciativas brasileiras.

Capital social

José Serra ressaltou que o Rotary é “campeão mundial” de investimento em capital social e em número de voluntários. Ele afirmou que, quando foi ministro da Saúde (1998-2002), o Rotary foi um dos maiores parceiros em ações conjuntas.

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que o Rotary promove uma “globalização do bem”, que é inclusive anterior ao fenômeno da globalização econômica. Ele pediu auxílio da instituição no combate ao analfabetismo e elogiou a disposição dos associados em todos os projetos com que se envolvem.

Para Hélio José (PMB-DF), o modelo rotariano de governança e de captação de recursos é “reconhecido mundialmente”. O senador se disse emocionado pelo fato de que os associados realizam todos os projetos sem nunca perderem o espírito de amizade entre si:

— A história da organização é inspiradora para os brasileiros nestes tempos de crise, porque ilustra a força das pessoas quando se unem por uma boa causa.

Assembleia Legislativa de Alagoas



Presidida por Paulo Paim, a sessão em Maceió contou com a presença de trabalhadores e membros da Justiça do Trabalho

Audiência discute Estatuto da Pessoa com Deficiência

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi sancionado em julho do ano passado (Lei 13.146/2015) e entrou em vigor em janeiro de 2016. Será que o país está preparado para respeitar essa legislação? Esse questionamento orientará os debates na audiência que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, às 9h.

Proposto pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), o debate sobre a aplicação do

Estatuto da Pessoa com Deficiência reunirá especialistas no tema.

A lei tem o objetivo de garantir condições de igualdade entre todos os cidadãos. Para isso, deixa claro no artigo 4º que a “pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Um dos aspectos da lei que mais geraram polêmica é o que

proíbe a cobrança de valores adicionais nas matrículas e mensalidades de alunos com deficiência em instituições privadas de ensino. Os planos de saúde também ficam proibidos de dificultar a contratação por parte de uma pessoa com deficiência. A pena para quem apresentar dificuldades é de até cinco anos de prisão.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão pode criar frente sobre Previdência Social

Às 15h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se novamente para debater a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.

O movimento é motivado pela possível reforma do sistema previdenciário, anunciada por Dilma Rousseff em mensagem na abertura dos trabalhos legislativos de 2016. A presidente disse que vai propor ao

Congresso mudanças no setor para adequar as regras previdenciárias ao envelhecimento da população, buscando uma Previdência sustentável. Ela garantiu, porém, que direitos adquiridos serão respeitados.

Porém, antes mesmo de a proposta chegar ao Congresso, já há reações, inclusive na base de apoio ao governo. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), pediu em discurso

que a Presidência não envie o projeto ao Legislativo. Para ele, a reforma “complica a vida de todos, inclusive do governo”.

Paim disse que pesquisa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostrou que oito de cada dez brasileiros rejeitam a reforma. Uma das medidas que estaria em análise seria o aumento da idade de aposentadoria para 65 anos, tanto para homens quanto para mulheres.